



Mulher, assunto sério

"É fundamental que os constituintes assegurem na nova Constituição as questões relativas à mulher, um assunto sério e legítimo", afirmou ontem a presidente do Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM), Jaqueline Pitanguy, depois de entregar ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, documento reivindicando a conquista de novos direitos.

Também os presidentes de partidos e diversos parla-

mentares foram abordados para estudarem a causa. O documento distribuído ontem surgiu de encontro que reuniu nos dois últimos dias, os conselhos estaduais e municipais da Condição Feminina de todo o País. A comissão pede que se garanta na Constituição o direito de posse de terra, independente do estado civil, ao homem e à mulher, ou a ambos. Quer, também, o reconhecimento do direito aos benefícios previdenciários decorrente da contribuição para

a dona de casa e a não limitação do número de dissoluções do vínculo conjugal, entre outras.

Jaqueline Pitanguy concorda que muitos avanços já foram feitos, citando a ampliação da licença-gestante e a licença-paternidade de oito dias. "O reconhecimento da profissão da doméstica e o direito de a mãe presidiária permanecer com seu filho durante o período de amamentação também são conquistas significativas", garantiu.

Militar é elegível com dez anos de serviço

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem a obrigatoriedade de pelo menos dez anos de serviço ativo para que os militares possam ser elegíveis. Foi rejeitado destaque supressivo do senador Jamil Haddad (PSB-RJ) — que pretendia excluir a obrigatoriedade do parágrafo 8º do artigo 15 — por 331 votos contrários, 85 a favor e 11 abstenções.

A atual Constituição prevê o prazo de cinco anos de serviço ativo para tornar os militares elegíveis. A ampliação do prazo para dez anos foi mantida pela emenda do Centro, idêntica ao texto da Comissão de Sistematização.

O texto mantido especifica que os militares com mais de dez anos

de serviço ativo, para serem candidatos "serão agregados, a partir da filiação partidária, pela autoridade superior; se eleitos, passarão automaticamente para a inatividade quando diplomados". O texto, contudo, não veda a elegibilidade dos militares que tiverem menos de dez anos de serviço ativo, sob a condição de que eles se afastem espontaneamente da atividade.

INELEGIBILIDADE

Foram mantidos, por já ter sido aprovados em bloco anteriormente, os parágrafos 6º e 7º. O primeiro exige que o presidente da República, os governadores e os prefeitos renunciem aos respectivos mandatos seis meses antes do pleito, para que se candidatem a outros cargos. O outro parágrafo prevê lei complementar para estabelecer outros casos de inelegibilidade.

Thales vai assessorar o presidente

O ministro do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho, aceitou o convite do presidente Sarney para ocupar o cargo de assessor especial do governo. No Palácio do Planalto, admite-se que a estratégia de Sarney é ampliar influência na Assembléia Nacional Constituinte, visando à aprovação do mandato de cinco anos.

Pernambucano, ex-Arena, ex-PP e depois PMDB, Ramalho terá um gabinete de trabalho no Planalto e deverá, para ocupar o posto, se licenciar do TCU. Norte-riograndense, é conhecido como um dos principais articuladores da Nova República, tendo sido amigo íntimo de Tancredo Neves. A notícia de que Thales Ramalho havia aceito o convite de Sarney, feito há dias, foi divulgada ontem à noite em nota oficial.